

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA DE UM CENTRO DE APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

THE IMPORTANCE OF THE ARCHITECTURE OF A CENTER FOR SUPPORT FOR HOMELESS PEOPLE

RODRIGUES, Mirelly Moura (1)

TARGINO, Ricardo Luiz (2)

(1) UNICEPLAC, Graduada em arquitetura e urbanismo

e-mail: mmmirellym@gmail.com

(2) UNICEPLAC, Arquiteto Urbanista, Especialista em Docência do Ensino Superior

e-mail: ricardo.targino@uniceplac.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre a importância da arquitetura de um centro de apoio projetado para ajudar e acolher famílias e indivíduos nas mais inúmeras situações de vulnerabilidade social. Baseado nas pesquisas que fundamentam o projeto do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua denominado "Centro Pop", desenvolvido pela Arquiteta e Urbanista Mirelly Rodrigues, objetiva debater a relevância de espaços devidamente projetados para o acolhimento e apoio social de pessoas em situação de rua, oferecidos por uma unidade pública de assistência social, tendo como recorte a cidade do Gama DF e seu entorno. Assim, é de extrema importância compreender a dinâmica social que acomete as mais diversas pessoas que vagam no ambiente urbano suscetíveis às variadas mazelas social, e refletir sobre o papel da arquitetura na construção de espaços que proporcionem um olhar mais empático que garantam a estes vulneráveis direitos mínimos.

Palavras-chave: Centro; Acolhimento; Vulnerável; Arquitetura; Projeto.

ABSTRACT

This article presents the results of research on the importance of the architecture of a support center designed to help and welcome families and individuals in the most numerous situations of social vulnerability. Based on the research that underlies the project of the Specialized Reference Center for Homeless Population called "Pop Center", developed by architect and urbanplanner Mirelly Rodrigues, aims to discuss the relevance of spaces properly designed for the reception and social support of homeless people, offered by a public social assistance unit, having as cut the city of Gama DF and its surroundings. Thus, it is extremely important to understand the social dynamics that affect the most diverse people who roam the urban environment susceptible to various social ills, and reflect on the role of architecture in the construction of spaces that provide a more empathetic look that guarantee these vulnerable minimum rights.

Keywords: Center; Host; Vulnerable; Architecture; Project.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da compreensão sobre a dinâmica social que acomete as mais diversas pessoas em situação de vulnerabilidade, diante dos problemas sociais envolvidos e sua relação com as particularidades da sociedade brasileira. As mais variadas manifestações contemporâneas deste problema social relacionado com a população em situação de rua, nos leva ao entendimento sobre a importância de espaços arquitetônicos devidamente projetados para servir de apoio a construção de políticas públicas atentas aos direitos dessa população.

Percebe-se que há uma grande necessidade de olhar para este problema social, com uma visão ampla, afinal, a dinâmica inerente a esta problemática por si é multifacetada, envolvendo as mais variadas causas. Neste sentido, no campo da arquitetura, uma das funções do arquiteto e urbanista, além de aplicar a segurança da população, incluindo a acessibilidade, conforto, economia e sustentabilidade para todos, é também a defesa dos direitos fundamentais da população, garantindo a segurança e o bem-estar, refletidos na boa qualidade do projeto e principalmente no atendimento das necessidades humanas dos ambientes construídos, conforme seu código de ética e disciplina.

Assim, o “pensar” em espaços para este tema deve se tornar um frequente exercício da profissão do arquiteto e urbanista, analisando as diferentes soluções espaciais de forma empática aos mais fragilizados socialmente, suas mazelas, suas necessidades, bem como o cotidiano deste grupo. Portanto, é preciso obter um conhecimento aprofundado e fundamentado da problemática da população em situação de rua, para que, no campo da arquitetura se materialize como expressões espaciais humanizadas e inclusivas.

Entender as singularidades e diversidades das pessoas nesta situação, as razões e motivações para a vida nas ruas, os diferentes modos de viver e de sobreviver, a construção social da imagem da pessoa, e em especial a relação com a cidade e com o espaço urbano serão itens abordados neste artigo, compreendidos como a dinâmica de um processo plural que se aprofunda nas cidades como um todo.

Neste sentido, o projeto do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, denominado “Centro Pop”, desenvolvido pela Arquiteta e Urbanista Mirelly Rodrigues, objeto de Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC, realizada em 2022, se apresenta como um referencial projetual, discutindo o tema com respeito e efetividade, incorporando a assistência humana, social e cidadã, no panorama do projeto de arquitetura.

Desta forma, o artigo foi estruturado em três tópicos, o primeiro visa contextualizar um panorama social que envolve a temática proposta como ponto de partida, o segundo, como desenvolvimento, delinea algumas ações projetuais de uma arquitetura mais humanizada onde foram analisadas experiências de projetos e construções de centros de apoio social, trazendo a consolidação de experiências e vivências acerca do tema, na construção de diretrizes projetuais, e o terceiro, como resultado, apresenta a proposta arquitetônica do projeto “Centro Pop” em decorrência às discussões apresentadas, como proposição a melhores condições de vida para os moradores de rua na cidade do Gama DF e seu entorno.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Compreendendo o Fenômeno

Ao transitar nos centros urbanos é comum encontrar pessoas em situação de rua nos espaços públicos, nas calçadas ou em locais e construções abandonadas, submetidas a situações precárias, como ausência de higiene, fome e miséria, sendo ignorados por indivíduos que não se encontram nesta posição e por autoridades públicas.

Com base no Decreto n.º 7.053 de 2009, a população em situação de rua pode ser definida como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009). Ressalta-se que o direito à moradia é um direito social garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O crescimento desordenado nas áreas urbanas ocorreu após o advento da Revolução Industrial no século XIX, quando uma multidão de pessoas foram para as cidades à procura de empregos e melhor condição de vida. Com essa migração, o aumento de desempregados nas cidades cresceu muito devido à industrialização, a troca da mão de obra pelas máquinas acarretou no desemprego nas regiões, o número de pessoas que viviam em situação de rua conseqüentemente aumentou por não terem condições de pagar/alugar uma moradia. De acordo com Silva, “as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua na sociedade capitalista são as mesmas que deram origem ao capital e asseguraram a sua acumulação” (SILVA, 2009, p. 25).

Cada ano que passa, o ser humano é substituído por máquinas, tornando um fenômeno complexo e típico de cidades que crescem sem devido o planejamento expressando, as desigualdades sociais da sociedade e principalmente de modo de produção capitalista.

De acordo com Maricato (1997)¹, no Brasil, em 1888, com a abolição da escravatura, milhares de ex-escravos acabaram ficando nas ruas, sem moradia, sem emprego, sem condição de sobrevivência, esses indivíduos perambulavam à procura de uma melhoria de vida, ofereciam sua força de trabalho. Moura (1988) afirma que, no que diz respeito ao movimento de imigração na Europa, a política de branqueamento do Brasil teve impacto mesmo durante o período da escravidão, que após a proibição do tráfico de pessoas essa proporção foi bastante grande. Porém, foi no fim do Imperialismo e no início da República Velha, entre 1880 e 1920, que a política de imigração atingiu seu auge, período em que a agricultura cafeeira mais se expandiu. Diante das mudanças nas relações de trabalho, os trabalhadores europeus ingressaram no mercado como trabalhadores livres e passaram a usufruir de alguns direitos.

À medida que a sociedade escravista se divide e se urbaniza diante de diferentes relações sociais, a economia se torna altamente dependente de países estrangeiros, e a divisão do trabalho também é ajustada. Com a abolição da escravatura e preferência pela mão de obra não negra nos meios de produção desenvolvidos, pessoas negras que foram libertadas e não queriam voltar ao trabalho na área agrícola se organizavam em uma forma de resistência à margem dos centros urbanos.

Outra característica sobre a origem da população em situação de rua no Brasil é a questão sanitária-higienista. Esse assunto surgiu entre os séculos XIX e XX, quando sanitaristas e médicos abordavam sobre os surtos epidêmicos de algumas doenças, como: varíola, febre amarela, tuberculose, entre outras doenças. Para Valladares (1992)², o discurso médico-higienista despertou a atenção para as condições de vida da população que vivia em situação de rua, situação precária a que estavam submetidos nos centros urbanos recém-criados pela indústria.

¹ Erminia Maricato, arquiteta urbanista, professora, pesquisadora e ativista brasileira. É reconhecida por seu trabalho no campo do urbanismo e sua luta pela Reforma Urbana no Brasil, que a levou a ocupar cargos públicos, tendo participado ativamente da criação do Ministério das Cidades. Fonte: <https://erminiamaricato.net/>.

² Licia Valladares, graduou-se em Sociologia e Política. É fundadora do Urbandata. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/liciavalladares>.

As ações de política pública para a assistência às pessoas em situação de rua até a Constituição Federal de 1988 eram feitas, quase na totalidade, na forma de “caridade privada” ou por meio de ações de caráter do poder público, porém muito inexpressivas. Após a promulgação da constituição, a assistência social passou a ter o tripé da seguridade: a saúde, como direitos de todos; a assistência, para os que dela precisarem; e por fim à previdência, de caráter contributivo. Porém, só em 2009 que a assistência social a população em situação de rua ganhou estatuto de política pública nacional. Foi um processo que ocorreu lentamente enfrentando diversos obstáculos de ordem política, institucional, orçamentária e programática.

O crescimento urbano acelerou muito de 40 anos para cá, devido à migração de pessoas em busca de empregos e melhores condições de vida na cidade. Mais pessoas vindo para as cidades resultou em mais desemprego e conseqüentemente no aumento da crise econômica de 1980. Dados indicam que nesta década o desemprego atingiu um em cada cinco habitantes, resultando no crescimento do número de indivíduos nas ruas.

Dados divulgados pelo Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua - Censo Pop Rua (2008) afirmam que o predomínio entre as pessoas em situação de rua são homens, contabilizando 89%, estes dados apresentam que 67% dos entrevistados se declararam negros (pardos ou pretos) e mais que a metade, 98% vivem sozinhos. O Censo ainda aponta que os três principais motivos que levaram essas pessoas a viverem em situação de rua foram os problemas com álcool/drogas, desemprego e problemas familiares. 71% deles trabalhavam na época, 16% pedia dinheiro como principal meio de sobrevivência e 89% afirmaram que não recebiam nenhum tipo de benefício social na época.

Ao pesquisar sobre as crianças e jovens em situação de rua, Moura, Silva e Noto (2009) afirmam que os motivos que os fazem ir para as ruas são múltiplos, o principal é a fragilidade dos vínculos familiares, manifestando um sentimento de liberdade e dependência a esse grupo. A gravidade da situação vivida pela população em situação de rua vem se degradando a cada ano que passa, devido a pandemia, a situação piorou. A insuficiência das políticas para o atendimento mínimo a esse público não garante seus direitos em relação à vida, saúde, moradia e trabalho.

Disponível em setembro de 2020, os dados do Cadastro Único do governo federal afirmam que havia 149.654 famílias que se auto declararam em situação de rua no país, em janeiro do mesmo ano o número era de 140.199. Porém, esse número não é exato, pois só inclui pessoas que preenchem os dados para tentar participar de programas sociais do governo. O último estudo publicado, do cadastro, foi em março de 2022, e mostra que o número havia chegado a 222 mil devido à crise econômica provocada pela pandemia.

2.2 População em situação de rua e o espaço público

De acordo com relatórios estadunidenses feitos por Chamie (2017), cerca de 150 milhões de pessoas não têm uma moradia em todo o mundo. Nos países de grande população como China e Índia cerca de 1,7 a 3 milhões de pessoas vivem em situações precárias. Conforme dados do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas - CDH (2020), há 800 milhões de pessoas em situação de rua em todo o mundo.

O espaço público é o lugar da cidade onde o Estado deve garantir todo o seu empenho para manter o direito de usufruir do patrimônio comum de todos e de utilizar o seu mobiliário urbano. Segundo Ascher (1995)³, o termo de espaço público aparece pela primeira vez no quadro de um processo de intervenção pública em 1977. Serpa (2004)⁴ refere-se ao conceito de espaço público como sendo em si mesmo o espaço da ação política ou da possibilidade da ação política na contemporaneidade.

De um lado da cidade há moradores ou proprietários de imóveis que não podem usar a via pública devido ao incômodo do fluxo, do outro lado, as pessoas que vivem em situação de rua são totalmente ignoradas por todos, sem assistência adequada pelo Poder Público. Contudo, o espaço público é o lugar mais democrático da cidade, pois é um ambiente destinado ao uso social típico da vida urbana, lugar de convívio e interação, tem a característica social de permitir o intercâmbio heterogêneo em tempo, espaço, idade, nacionalidade e diversidade.

Existem duas formas de habitar nas ruas, a primeira utilizando a rua como espaço de integração, um espaço para a socialização de um grupo de pessoas. E o outro como espaço de abrigo e refúgio, como uma casa. Pensar em pessoas em situação de rua é necessariamente pensar a cidade e o habitar as ruas, completa o autor. Esquinca (2013) distingue que a população que vive em situação de rua estabelece uma relação de afeição com o espaço que ocupa. Porém, às vezes precisam sair dali por motivos distintos, como necessidades de auxílio social, conflitos com outras pessoas, entre outros.

De acordo com Quintão (2012), é necessário um planejamento urbano melhor que considere de fato a existência das pessoas que vivem nas ruas, becos e calçadas. O mesmo conclui que a estrutura urbana é insuficiente para a compreensão dos modos de vida das

³ François Ascher (1946-2009) foi um sociólogo e professor do Instituto Francês de Urbanismo da Universidade de Paris VIII, que dirigiu o Departamento de “Mutações urbanas e territoriais do governo”. Fonte: <https://www.wook.pt/autor/francois-ascher/2963>.

⁴ Ângelo Serpa é professor titular de Geografia Humana da Universidade Federal da Bahia, docente permanente dos Programas de Pós-graduação em Geografia e em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Fonte <http://lattes.cnpq.br/3802687148526312>.

pessoas em situação de rua. O espaço público deve ser gratuito e livre de barreiras jurídicas, físicas e arquitetônicas. Não se pode estabelecer regras para algumas das pessoas, as pessoas que vivem em situação de rua, por exemplo, são os únicos que sofrem discriminação só por estar nesse espaço. É fundamental que os espaços públicos tenham uma gestão comunitária que favoreça a mediação e a solução dos conflitos para o uso e ocupação desses espaços e a busca por soluções para a situação da população em situação de rua.

A população de rua ocupa lugares da cidade que não são adequados para moradia, e não oferecem condições dignas para sua sobrevivência, assim, a cidade geralmente não dispõe, em quantidade suficiente, de abrigos, centros de apoio e políticas sociais para os vulneráveis que carecem de assistência. Para Nigro, “a presença dos moradores em situação de rua tem modificado o meio urbano e sua paisagem, seja através de suas moradias improvisadas ou até mesmo da forma com que habitam o espaço em que estão inseridos” (NIGRO, 2015 p. 13).

Pelo conteúdo apresentado verifica-se que a bibliografia e autores citados contribuíam para fundamentar, no campo teórico, o projeto do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua denominado “Centro Pop”, desenvolvido pela Arquiteta e Urbanista Mirelly Rodrigues.

3 REFERENCIAIS PARA O PROJETO

Conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Social (2021), o número de pessoas em situação de rua no Distrito Federal aumentou no período da pandemia, afetando mais de 2,3 mil pessoas na capital federal. Em 2020 mais de duas mil pessoas passaram por abrigos da Secretaria de Desenvolvimento Social (SeDeS), refletindo um aumento de 248% quando comparado com o ano de 2019. As cidades de Taguatinga, Ceilândia, Planaltina e Plano Piloto são as cidades com maior incidência de pessoas nesta situação.

A insuficiência das políticas para o atendimento mínimo a esse público não garante seus direitos em relação à vida, saúde, moradia e trabalho. No Distrito Federal há dois Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, um localizado no Plano Piloto e o outro em Taguatinga, duas regiões com a maior incidência de pessoas em situação de rua. O de Taguatinga possui capacidade para atender até 100 pessoas e o do Plano Piloto 150 pessoas por dia.

Outra unidade pública de Assistência Social é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que atende pessoas e famílias que estão vivendo situações de violência ou violação de direitos. O objetivo desse Centro é acolher, recepcionar e

fortalecer vínculos familiares e comunitários, auxiliando as pessoas a superar as violências sofridas ou a diminuir os danos causados por elas.

O Distrito Federal possui 11 CREAS, localizados no Plano Piloto, Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga e também tem o CREAS Diversidade voltado especificamente para pessoas que sofrem com discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia ou religiosidade.

Como alternativa aos citados centros assistenciais, destaca-se o Centro Pop, que funciona com o intuito de apoiar pessoas em situações de vulnerabilidade social. Diferentemente de outros projetos, o Centro Pop não é um abrigo, ele funciona como ponto de apoio para pessoas que vivem nas ruas, a pessoa em situação de rua atendida nas unidades, podem usar o endereço do Centro Pop como referência quando precisar de um comprovante de residência, além de realizar atividades de apoio ao cidadão como: fazer refeições, ter um espaço para higiene pessoal e lavar suas roupas, ter apoio para conseguir documentos pessoais, guardar seus pertences, ter informações sobre trabalho e cultura.

Desta forma o objetivo do Centro Pop é oferecer um ponto de apoio onde as pessoas em situação de rua possam ter assistência durante todo o dia, ajudando-os com a inclusão à sociedade, proporcionando um local de referência para que essas pessoas possam ter um convívio social e desenvolverem relações mais humanizadas.

Ante ao exposto, compreende-se a necessidade de identificar algumas diretrizes de projeto que expressem e materializem uma unidade com a finalidade discutida, classificando-as em: Arquitetônicas, Urbanísticas e Sociais.

No plano arquitetônico e conceitual podemos elencar as seguintes diretrizes: Trabalhar o arranjo espacial, para que o espaço seja em especial convidativo a população em situação de rua, para que transmita a sensação de acolhimento; Criar espaços que propiciem segurança aos usuários e aos colaboradores; espaços que destinados à guarda de pertences dos usuários; espaços de guarda e proteção de animais; espaços destinados à higiene pessoal; espaços destinados a alimentação; espaços destinados à capacitação social; espaços destinados ao cuidado da saúde física e mental; trabalhar com o uso de temas e cores presentes no cotidiano desta população, para assim buscar uma relação de pertencimento.

No plano urbanístico podemos elencar a necessidade de centralidade e a facilidade de acesso a unidade; promover a integração com o entorno, em um processo especial de gentilezas urbanas; e da interação com a paisagem, permitindo a transparência visual.

No Plano social, pode-se elencar a necessidade de espaços cobertos e descobertos destinados a interação social; criar espaços destinados ao acesso e promoção da cultura e lazer; criar espaços destinados à produção de artesanatos e outras atividades econômicas; e em especial, possibilitar por meio do arranjo espacial a interação com visitantes e com a população em geral para aumentar a interação social e a conscientização da comunidade.

Ressalta-se que estas possibilidades não se exaurem neste trabalho, podendo ser positivamente ampliadas e discutidas para melhor se adequarem à dinâmica que envolve os espaços projetados.

3.1 Estudos de Caso

A seguir, serão analisados dois estudos de caso através de uma leitura de seus projetos arquitetônicos considerando as questões projetuais, urbanísticas, programáticas, e seus impactos sociais.

3.1.1 Centro Comunitário – *The Bridge Homeless Assistance Center/ Overland Partners*

O Centro Comunitário está localizado na área central da cidade de Dallas, Estados Unidos, de autoria do Escritório de arquitetura Overland Partners, com área de 75.000m², realizado no ano de 2008. O projeto oferece serviços de emergência e habitação transitória para mais de 6.000 pessoas que vivem em situação de rua a longo prazo. Alguns dos programas oferecidos são os dormitórios internos, pavilhão de dormitórios ao ar livre, ambiente de higienização, lavanderia, setor apoio a saúde mental e física, consultórios médicos, biblioteca, refeitório, escritório de advocacia e aconselhamento e local para crianças e animais (ARCHDAILY, 2011a).

O The Bridge contém um edifício de serviços de três andares, ao total são cinco edifícios que criam um pátio no centro, outro edifício é voltado para as boas-vindas de um andar, outro para armazenamento, um pavilhão ao ar livre e um restaurante que serve como ponto focal para o pátio ajardinado interno. Esses ambientes tendem a proporcionar coletividade para as pessoas que procuram o centro para ajuda (ARCHDAILY, 2011a).

Esse projeto foi vencedor do prêmio “Melhor Entrada Arquitetônica” na Competição Internacional de *Rebranding Homelessness*, o prêmio foi dado ao edifício que conseguisse demonstrar a alternativa mais viável, com novas visões e percepções voltadas para a falta de moradia e para a forma como ela é tratada (Figura 1).

Figura 1 – A Figura 1 demonstra a fachada principal do centro comunitário The Bridge.



Fonte: ARCHDAILY (2011a).

3.1.2 Abrigo para os sem teto/ Javier Larraz Arquitecto

De autoria do Arquitecto Javier Larraz, com área de 995m², localização na cidade de Pamplona, Espanha, realizado no ano de 2010, com objetivo de ofertar uma oportunidade de melhoria de qualidade de vida para as pessoas que vivem em situação de rua, a proposta foi vencedora do prêmio WAN 2011. O edifício oferece dormitórios e refeições, em troca, os residentes ficam responsáveis com as tarefas diárias do local, assim, todos acabam tendo um compromisso maior com o abrigo (ARCHDAILY, 2011).

Devido à redução do orçamento, o projeto partiu de algumas condições iniciais rígidas, como ser construído em apenas seis meses, o partido do abrigo propõe uma caixa silenciosa, que protege seu interior, evitando a curiosidade das pessoas que circulam em volta do edifício, tornando um edifício semiurbano e sombrio (ARCHDAILY, 2011).

Uma das características do edifício foi proporcionar um conforto acústico rigoroso, propondo uma caixa silenciosa. Seu programa de necessidade é composto por: dormitórios, refeitórios, oficinas ocupacionais, oficinas, salas de lazer e etc. Esse projeto do Javier Larraz é referencial devido a sua implantação, localizado em uma área perto de comércios e paradas de ônibus, facilitando o acesso ao abrigo e também trazendo uma segurança para todos (Figura 2).

Figura 2 – perspectiva frontal do abrigo para os sem teto.



Fonte: ARCHDAILY (2011).

Uma das características do edifício foi proporcionar um conforto acústico rigoroso, propondo uma caixa silenciosa. Seu programa de necessidade é composto por: dormitórios, refeitórios, oficinas ocupacionais, oficinas, salas de lazer e etc. Esse projeto do Javier Larraz é referencial devido a sua implantação, localizado em uma área perto de comércios e paradas de ônibus, facilitando o acesso ao abrigo e também trazendo uma segurança para todos.

4 RESULTADOS

Ante ao exposto, ressalta-se a relevância de equipamentos comunitários que possibilitem o acolhimento e a interação social, destaca-se a importância de uma arquitetura efetivamente projetada para o atendimento a pessoas em situação de rua. Neste sentido, é que se apresenta como mais uma alternativa de projeto para o tema, o Centro de Referência

Especializado para População em Situação de Rua, denominado Centro Pop, de autoria da arquiteta e urbanista Mirelly Rodrigues, elaborado no ano de 2022, com área projetada de 1.189,38m², a ser implantado na cidade do Gama DF.

4.1 Diretrizes que nortearam o projeto

O projeto foi concebido balizado nas seguintes diretrizes: Manifestar com a arquitetura o acolhimento aos usuários; Proporcionar ambientes amplos e acessíveis; Aproveitar a iluminação e ventilação natural dos ambientes; Trazer elementos que tragam ritmo para fachada e criem uma relação de pertencimento; Criar espaços que conectem com o paisagismo; Criar espaços que propiciem à higiene pessoal, a alimentação, a capacitação, o lazer, a promoção e acesso a cultura, e a interação social; Facilitar o acesso à Unidade; Proporcionar segurança aos usuários e aos colaboradores; criar um modelo de unidade pública de atendimento ao cidadão humanizada.

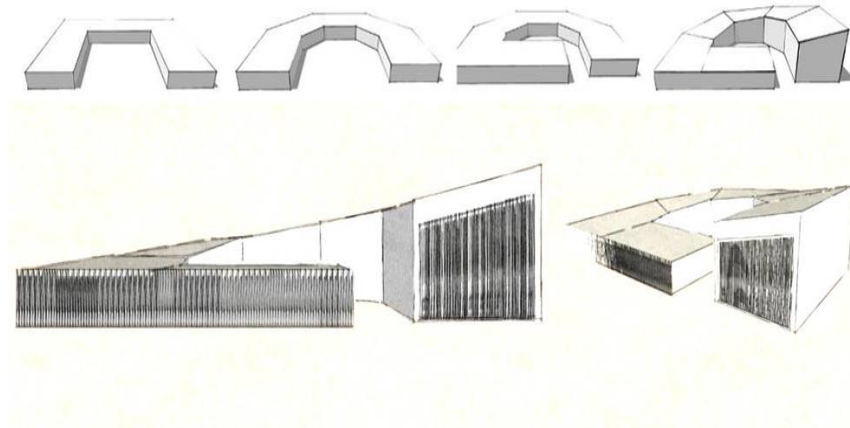
4.2 Conceito e Partido

O conceito do projeto nasce da palavra: ACOLHER. Que significa “ter alguma consideração, em atenção: acolher um pedido de ajuda. Expressar oposição em relação a uma ação ou comportamento”. A proposta é trazer uma forma arquitetônica que propicie o acolhimento, o aconchego e sensação de bem estar dos usuários e visitantes, buscando receber as pessoas em situação de rua e trazendo-as para o Centro de Apoio. Nesse sentido o edifício se desenvolve na intenção espacial que denota o poder do abraço. Uma enorme transmissão de sentimentos em especial, a atenção de quem acolhe.

Outro ponto a destacar é a ascendência da forma simbolizando o desenvolver da vida e das relações pessoais com o objetivo de criar um ambiente que traga uma sensação de pertencimento, a forma foi gentilmente trabalhada refletindo o conceito de uma residência, primeiro e último ambiente dos frequentadores e usuários de que o edifício se destina.

Como partido, foi criada uma arquitetura que proporcionasse um pátio central que tem o objetivo de integração visual e presencial, além de organizar espacialmente os ambientes em um único bloco que se desenvolve em forma de espiral (Figura 3).

Figura 3 – Evolução da Forma do projeto – SketchUP.



Fonte: Da autora (2022).

4.3 Detalhamento do projeto

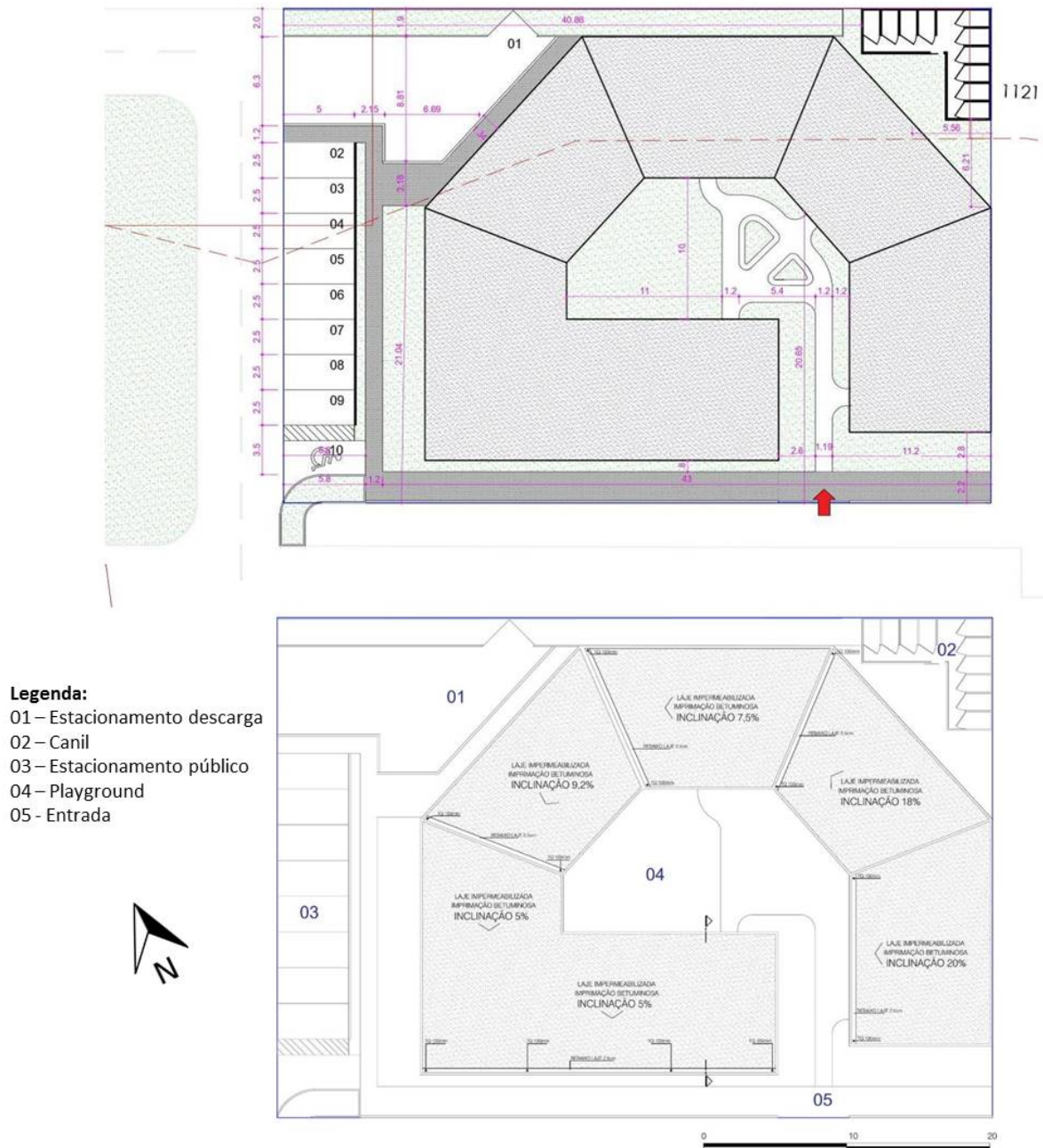
O lote (equipamento público) está situado no centro da cidade do Gama, a 35,9km do Plano Piloto, próximo à Rodoviária da cidade, do CRAS e do Hospital Regional. Implantado em um terreno com área total de 1.750m², a ocupação foi setorizada por zonas de estacionamento (descarga e acesso público), área construída, canil e ambientes externos. A Figura 4 demonstra os mapas de Localização e a Planta de Situação

Figura 4 – Mapas de Localização e a Planta de Situação.



Fonte: Da autora (2022).

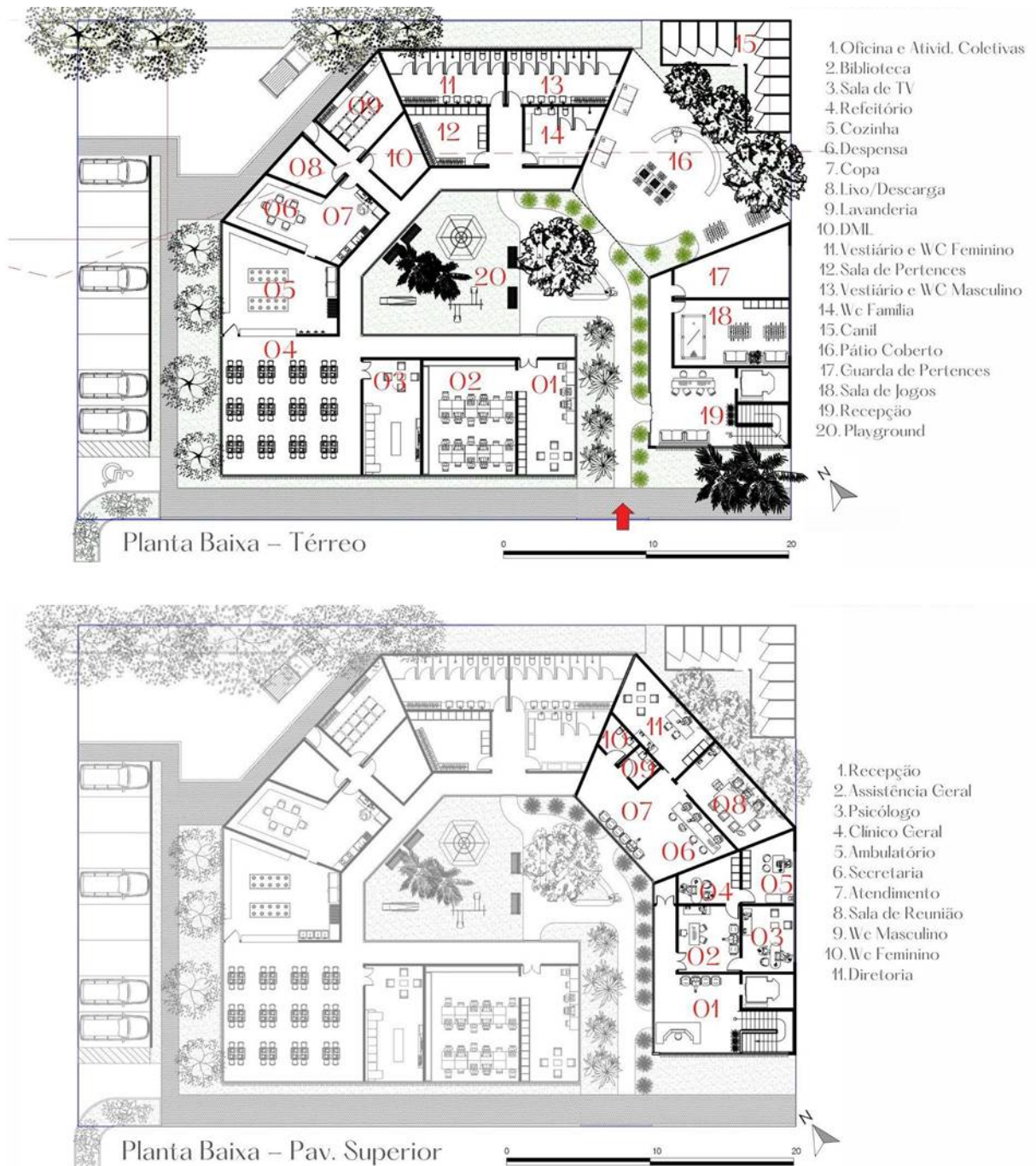
Figura 5 – A figura 5 demonstra a Planta de locação e a planta de Cobertura.



Fonte: Da autora (2022).

Seguindo o conceito de acolher, o edifício é setorizado por áreas administrativas, sociais, serviço, lazer e áreas externas, totalizando uma 1.189,38m², foi pensado em uma planta que favoreça não só o indivíduo que procura o centro de apoio isolado, mas também para os que estão acompanhados de familiares e/ou animais domésticos.

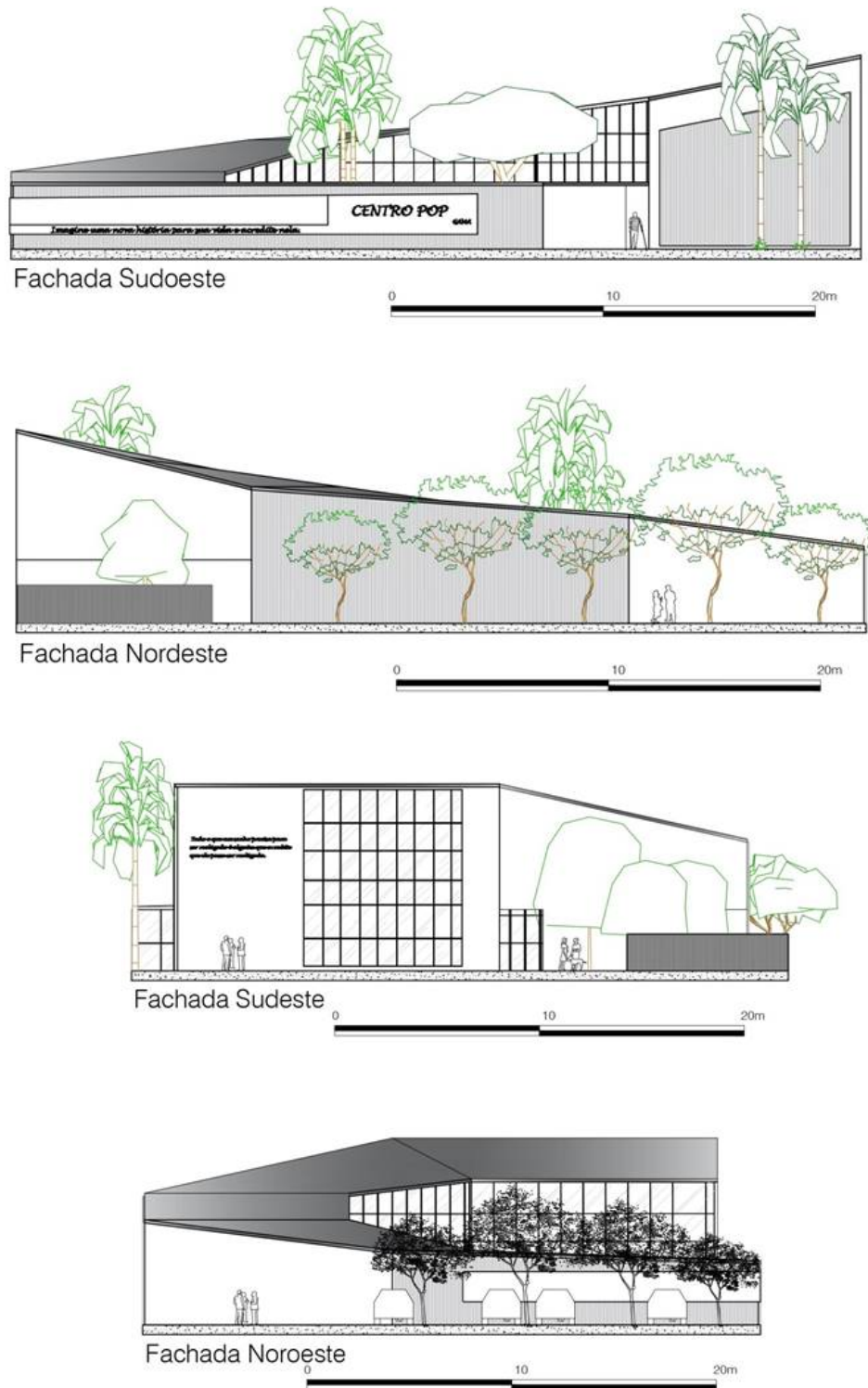
Figura 6 – Planta Baixa do Pavimento Térreo e do Pavimento Superior - AutoCAD.



Fonte: Da autora (2022).

O partido adotou o uso de brises verticais como elementos ativos de conforto ambiental, além da função de proteger as duas fachadas sudoeste e noroeste, também tem a função estética e de proteção visual, resguardando a privacidade dos ocupantes do edifício.

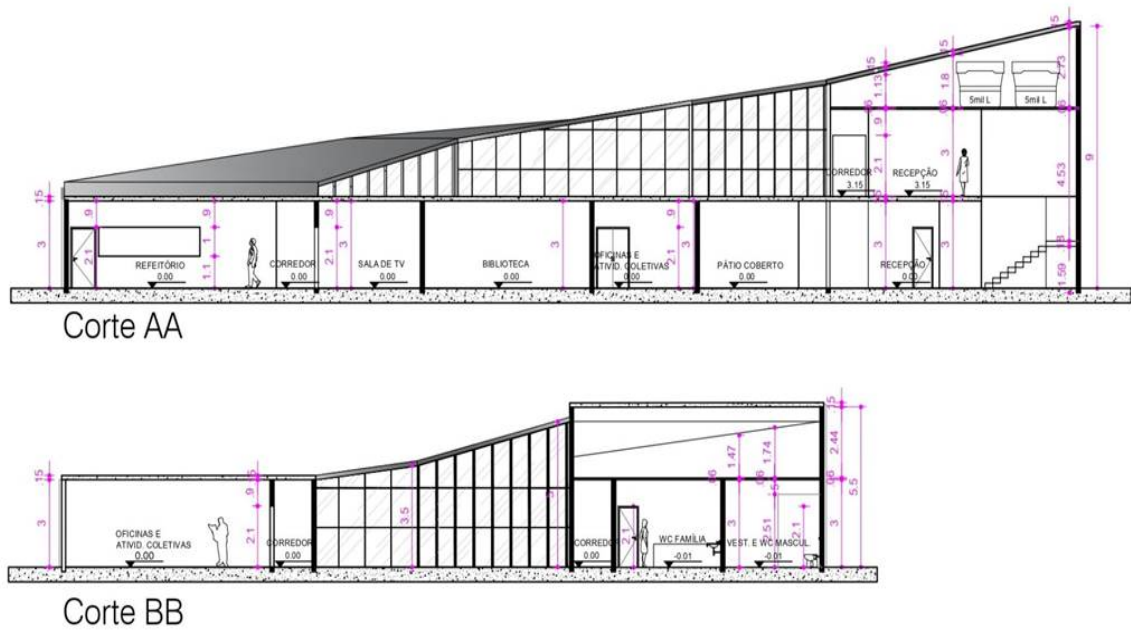
Figura 7 – A figura 7 demonstra as Fachadas ou empenas do projeto – AutoCAD.



Fonte: Da autora (2022).

A ascendência do projeto é notada pela altura do edifício de ponta a ponta, contendo 9m na maior parte e 3m de altura na menor. A cobertura segue o movimento do volume do prédio, se tornando uma arquitetura orgânica. A Figura 8 Demonstra os cortes do projeto.

Figura 8 –Cortes esquemáticos do projeto – AutoCAD.



Fonte: Da autora (2022).

Para deixar o edifício em evidência e trazer um ritmo para as fachadas do Centro Pop, as cores foram aspectos importantes para a etapa final do projeto, influenciando diretamente na maneira como percebemos e nos relacionamos com o espaço. Assim, o projeto adotou cores alegres que pudessem compor uma linguagem atual nas fachadas, trazendo um dinamismo no olhar e no enquadramento do conjunto. Portanto, a arte utilizada foi o grafite urbano, elemento que além de ser uma maneira de intervenção direta, democratiza o espaço público, sendo uma linguagem conhecida, já referenciada pelos usuários do equipamento.

Figura 9 – A figura 9 demonstra as Perspectivas do projeto – AutoCAD.



Fonte: Da autora (2022).

Figura 10 – A figura 10 demonstra as Perspectivas Externas do projeto – SketchUP e Enscape.



Fonte: Da autora (2022).

Desta forma, fica demonstrado por meio das descrições e imagens o projeto do Centro Pop, sendo possível perceber as soluções espaciais dadas às diretrizes que nortearam o projeto, bem como a solução do programa proposto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa proporcionou um olhar mais cuidadoso com a população vulnerável, apresentando um projeto que acolhe e oferece mudanças. O preconceito ao qual as pessoas em situação de rua enfrentam todos os dias, dificulta mais o conflito que elas carregam, produzindo efeitos negativos como a baixa autoestima, sofrimento, exclusões sociais, abandono de tratamento médico e etc.

O sentimento de se sentir incluído à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de amparo. Portanto, a importância de uma arquitetura inclusiva é essencial para o convívio social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, respeito e efetividade na vida desses cidadãos, garantindo o bem-estar, segurança e assegurando o atendimento as necessidades humanas referentes a uma melhor estrutura de convívio.

Com toda essa problemática apresentada, foi pensada uma forma arquitetônica que se remete ao acolhimento o qual esse grupo não recebe. O programa de necessidade foi desenvolvido para todos os públicos, jovens, adultos, idosos, famílias e também para aqueles que são acompanhados a um animal doméstico, com ambientes projetados para o lazer, higiene pessoal, saúde e administrativo que foram incluídos para o melhor aproveitamento dos usuários e visitantes.

Assim é possível perceber a importância de uma arquitetura focada no atendimento a pessoas em situação de rua, que reflita a proximidade dos espaços construídos com uma linguagem humana, fraterna, e socialmente inclusiva. Portanto, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua proposto para a cidade do Gama, tende a solucionar parte desses problemas, oferecendo espaços que possam capacitá-los, incluí-los e ajudá-los a se sentirem pertencentes à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao Pai Criador que nos sustenta em nosso dia a dia, à Coordenação de Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNICEPLAC, pelo incentivo e suporte na realização deste trabalho, à Equipe de Editores da Revista Ciências Social Aplicadas (RCSA) que nos abre este canal para a disseminação do conhecimento científico, e em especial a parceria formada entre Orientador e Orientanda em uma coparticipação efetiva e duradoura.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Casa de Abrigo para Sem-teto / Javier Larraz**. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ARCHDAILY. **The Bridge Homeless Assistance Center / Overland Partners**. 2011a. Disponível em: <https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ASCHER, François. *Metapolis*. Paris. Edição Odile Jacob, 1995. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=903601&pid=S1808-4281200900020000200003&lng=pt. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. Cadastro Único para Programas Sociais. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. Censo Nacional sobre População em Situação de Rua (Censo Pop Rua). 2008. Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/em-plena-pandemia-paises-improvisam-para-abrigar-os-sem-teto/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Constituição (1888). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. **CODEPLAN**. Disponível: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Gama.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a população em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2009. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Social (SeDes). 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/procura-por-abrigos-publicos-durante-a-pandemia-aumentou-248-no-df>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CHAMIE, Joseph. As Cities Grow, so do the numbers of homeless. **Yale Global Online**. Yale University. Julho de 2017. Disponível em: <https://yaleglobal.yale.edu/content/cities-grow-so-do-numbers-homeless>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ESQUINCA, M. M. M. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 09 mar. 2023.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**, Hucitec, São Paulo, 1997.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. Acesso em: 09 mar. 2023.

MOURA Y. G.; SILVA, E. A.; NOTO, A. R. Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia em Pesquisa**, 2009.

NIGRO, Ana Paula. **Arquitetura da inclusão**: Proposta de rede de equipamentos para moradores de rua. São Paulo, 2015. Acesso em: 09 mar. 2023.

QUINTÃO, Paula. **Morar na rua, há projeto possível?** Dissertação de mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2012.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Revista GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21 - 37, 2004.

SILVA, José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros. 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4384978/mod_resource. Acesso em: 09 mar. 2023.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. São Paulo, 1992.